A REGRESSÃO DE DIREITOS NO NEOLIBERALISMO E A CONDICIONALIDADE DO NÃO TRABALHO: REBATIMENTOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

Sara Rebeca da Mota Sales¹
Érica Maria Santiago²
Angélica Maria Barbosa Silva³

RESUMO

A crise estrutural do capital, desencadeada na década de 1970, pôs em cheque o modelo fordista/taylorista de produção e o Estado de Bem-Estar Social. É neste contexto de reestruturação produtiva que ocorrem profundas mudanças no mundo do trabalho, bem como na relação Estado/sociedade. O Brasil, ao mesmo tempo em que vê promulgada a Constituição de 1988, baseada na proteção e promoção dos direitos do cidadão, vivencia a ofensiva neoliberal na contramão de tais conquistas. O novo modelo de acumulação capitalista, por sua vez, estabelece a minimização do Estado e o enxugamento dos gastos públicos. Tudo isso acaba recaindo sobre as políticas sociais, reforçando seu caráter pontual e seletivo. Em conformidade com as tendências de atualização das políticas sociais, destaca-se aqui a Gratuidade para Pessoas com Deficiência (PCDs) no Transporte Público de Fortaleza, regulamentada pela Lei n. 0057/2008. Esta lei estabelece, dentre outros critérios de acesso, o afastamento do mercado formal de trabalho (em seu artigo primeiro), evidenciando a negação do direito ao livre exercício laboral, e, aumentando, assim, a camada dos chamados “inúteis para o capital”, nos termos de lamamoto (2007). A partir do exposto, este artigo propõe discutir sobre a regressão dos direitos sociais em tempos de ofensiva neoliberal, bem como os seus rebatimentos para a atuação profissional do Assistente Social, a partir de uma interface com a política de Gratuidade acima referida.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Direitos. Serviço Social.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social – MASS. Universidade Estadual do Ceará – UECE. E-mail: rebecasales.a.s@hotmail.com.

² Estudante de Pós-Graduação. Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social – MASS. Universidade Estadual do Ceará – UECE. E-mail: erica.santiago.ems@gmail.com.

³ Estudante de Pós-Graduação. Especialização em Serviço Social, Políticas Públicas e Direitos Sociais. Universidade Estadual do Ceará – UECE. E-mail: angelmbs@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O neoliberalismo surgiu logo após a Segunda Guerra Mundial, principalmente na Europa e América do Norte, constituindo-se, conforme Anderson (1995), como uma forma de reação – tanto teórica como política – ao Estado de Bem-Estar Social e ao modelo fordista-keynesiano de produção de mercadorias.

A hegemonia desta doutrina, como bem enfatiza o já referido autor, não se realizou repentinamente. Foi somente no fim dos anos de 1970 que se estruturou como uma resposta à crise estrutural⁴ capitalista. No Brasil, a onda neoliberal firmou-se a partir da década de 1990, mais especificamente na “Era Collor”⁵ seguindo, assim, o que foi estabelecido pelo Consenso de Washington, realizado em 1989, o qual “[...] impunha uma forte disciplina fiscal, controle da inflação e uma drástica redução da presença do Estado na economia e na sociedade [...]” (PEREIRA, 2000, p. 160), rebatendo negativamente sobre as políticas sociais, as quais, nos termos da autora supracitada, passam a ser tratadas como “gatas borralheiras” da política econômica.

Estes processos afetam todas as dimensões da vida humana; as formas de sociabilidade e de cultura, atingindo a subjetividade, as identidades coletivas, além de erodir projetos e utopias, submetendo-os às leis mercantis; o que estimula condutas centradas no indivíduo isolado, onde cada um é chamado a assumir riscos, opções e responsabilidades por seus atos numa sociedade desigual.

⁴ Essa crise estrutural constitui-se, para Marinho (2009), como manifestação da expansão desmedida do capital que vem se aprofundando ao longo da história. Nesse sentido, a mesma autora explica: “[...] anteriormente, as crises eram cíclicas [...], alternavam fases de desenvolvimento produtivo com momentos recessivos. Esse aprofundamento da crise estrutural é insolúvel e delineia no horizonte uma possibilidade de destruição global da humanidade, cuja alternativa possível seria a alternativa socialista.” (p. 61-62). A crise contemporânea traz, portanto, uma novidade histórica ao caracterizar-se em quatro aspectos fundamentais: universalidade (afeta todas as esferas produtivas); globalidade (não está limitada a determinado conjunto de países); continuidade (não é cíclica como foi no período pós-guerra); e administrabilidade (ao invés de ser explosiva como as de antes) (Cf. MARINHO, 2009).

⁵ Segundo Pereira (2000, p.161), a Era Collor refere-se “(...) ao efêmero governo do primeiro presidente eleito – Fernando Collor de Mello, em 1989 – após 29 anos das últimas eleições diretas, realizadas em 1960”.

É nesse cenário que a questão social⁶ metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens (Cf. IAMAMOTO, 2007). Portanto, “[...] na abertura do século XXI, persistem as contradições fundantes da pauperização dos trabalhadores e, portanto, a reprodução das desigualdades sociais, *mas novas situações surgem, assim como novos métodos de enfrentamento*” (MOTA, 2010, p. 41, grifos da autora).

Dentre essas novas formas de enfrentamento, as quais Mota (2010) destaca, estão as políticas de caráter compensatório, donde há o deslizamento da raiz do fenômeno e da noção de questão social para as genéricas designações de “exclusão”, pobreza, combate à fome etc. Partindo-se dessa compreensão, o presente artigo tem como objetivo principal discutir sobre a regressão dos direitos sociais em tempos de contra-reforma neoliberal, bem como os seus rebatimentos para a atuação profissional do Assistente Social. Para este fim, utilizar-se-á, como exemplo das políticas acima descritas, a Gratuidade para Pessoas com Deficiência no Transporte Público de Fortaleza que, como tal, encontra-se fortemente marcada pela atual tendência de seletividade e focalização.

2 AS NOVAS FORMAS DE ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL FACE À PROPOSTA NEOLIBERAL: REBATIMENTOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

De acordo com Pastorini (2007), é de grande importância, para a compreensão da questão social na contemporaneidade, o entendimento das mudanças no mundo da produção e do trabalho, bem como as respostas que buscam atender às manifestações daquela. Em outras palavras, é preciso fazer referência ao contexto mais abrangente da reestruturação produtiva.

⁶ Compartilha-se aqui a compreensão de questão social adotada por Iamamoto (1999), para quem aquela não é senão o objeto de intervenção do Serviço Social, o que gera a necessidade desta ação profissional. Tal categoria é “[...] apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.” (*Ibidem*, p. 27). Segundo a autora em tela, a questão social, além das desigualdades, (re) produz as mais diversas formas de resistência, o que expressa o movimento contraditório das relações sociais.

Seguindo esse viés, a mesma autora afirma ser a crise capitalista da década de 1970 o grande marco para o questionamento da base de sustentação do Estado de Bem-Estar Social (não efetivado aqui no Brasil) e da concepção de direitos até então vigentes. Este período é caracterizado por Iamamoto (2007) pela forte tendência à mundialização do capital, além do processo de flexibilização⁷; verificando-se uma reconfiguração da questão social, a qual é indissociável da sociedade capitalista.

De meados do século XIX para o século XXI, o modo de produção capitalista sofre algumas transformações, como por exemplo: a restrição do horizonte economicamente expansivo do capital, dos mecanismos públicos de proteção aos riscos sociais do trabalho e da organização da classe trabalhadora (Cf. MOTA, 2010). Nesse cenário, a questão social se expressa, segundo Iamamoto (2007), através do desemprego, da parca distribuição de renda, além da ampliação da pobreza; aguçando as desigualdades socioeconômicas, geográficas (urbana e rural), e de gênero, bem como a queda nos níveis educacionais dos jovens.

No Brasil, dada a forma de inserção deste na ordem econômica mundial no início dos anos de 1990, presencia-se uma total subordinação ao projeto neoliberal; o que significou, na concepção de Behring (2003), uma contra-reforma estatal, pelo menos do ponto de vista dos avanços trazidos pela Constituição Federal de 1988⁸ (em especial no capítulo que trata da ordem social).

Para Behring & Boschetti (2008), essa contra-reforma implicou no desmonte e na destruição direcionadas à uma reformatação do Estado brasileiro para a

⁷ “Esta se estende às formas de organização dos processos de produção, da gestão e remuneração da força de trabalho, do mercado de trabalho, dos direitos sociais e trabalhistas, e dos padrões de consumo” (IAMAMOTO, 2007, p. 143). Ao nível da produção, a exigência é a redução de custos e elevação dos lucros – o que se revela na figura do trabalhador polivalente – em um amplo enxugamento das empresas e na transferência dos riscos das oscilações do mercado para as empresas terceirizadas. Todo esse processo tem como maior expressão a reestruturação produtiva, a qual envolve, ainda conforme a autora acima, a intensificação do trabalho e da jornada, redução dos postos de trabalho, e a precarização das condições e dos direitos trabalhistas; ampliando o desemprego estrutural. Marinho (2009), embasada na análise que Mészáros faz sobre o estabelecimento da crise estrutural do capital, diz que a lógica da concentração e da centralização do capital, sob o imperativo da reprodução auto-ampliada reduziu significativamente o padrão de vida dos trabalhadores.

⁸ Corroborando com tal assertiva, Behring & Boschetti (2008) dizem que a Constituição significou um dos mais importantes avanços em termos de política social. Foi uma possibilidade de estruturação tardia de um sistema amplo de proteção social, mas que não se materializou.

adaptação passiva à lógica do capital. Nesse contexto de hegemonia neoliberal, ainda conforme as autoras, o que se presencia é o tencionamento dos padrões de proteção social, sobretudo, por meio da contenção dos encargos sociais, bem como da privatização explícita ou induzida de setores de utilidade pública (onde se incluem a educação, a saúde e a previdência), havendo, pois, uma articulação entre assistencialismo focalizado e mercado livre (voltado ao cidadão-consumidor), com a restrição do acesso universal aos direitos sociais.

Isso se dá por meio da “dualidade discriminatória” entre os que podem e os que não podem pagar pelos serviços, num cenário de fragmentação das forças de resistência (em especial o movimento dos trabalhadores), devido à flexibilização dos direitos e das relações trabalhistas, ao desemprego e à precarização; prevalecendo, assim, o trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais: **privatização, focalização e descentralização** (no sentido de transferência de responsabilidades para os entes federados e/ou instituições privadas).

Há uma tensão entre assistência social e o trabalho, pois longe de serem complementares, eles se excluem, ou seja, a lógica social é subjugada à lógica do seguro. Os trabalhadores que não estão inseridos no mercado de trabalho ou que não contribuíram com a previdência social, de acordo com Boschetti (2009, p. 327), “acabam caindo numa situação de ausência dos direitos derivados do trabalho”. A instituição da incompatibilidade entre o trabalho e direitos sociais, em especial à assistência social, se instituiu e se desenvolveu nos países capitalistas, sobretudo, a partir do neoliberalismo.

A tendência geral – agravada e determinada pela condição do orçamento público destinado às políticas sociais se encontrar historicamente subordinado à política econômica – é a restrição e redução dos gastos sociais sob o argumento da “crise fiscal” do Estado. Esta falácia tende a transformar as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias.

Por sua vez, esse quadro de reconfiguração e radicalização da questão social afeta diretamente no cotidiano do assistente social, principalmente face à

proposta neoliberal⁹ (que tende a subordinar os direitos sociais à lógica orçamentária) de enfrentamento daquela:

De um lado, ampliam-se as necessidades não atendidas da maioria da população, pressionando as instituições públicas por uma demanda crescente de serviços sociais. De outro lado, esse quadro choca-se com a restrição de recursos para as políticas sociais governamentais, coerente com os postulados neoliberais para a área social, que provocam o desmonte das políticas públicas de caráter universal, ampliando a seletividade típica dos ‘programas especiais de combate à pobreza’ e mercantilização dos serviços sociais, favorecendo a capitalização do setor privado (IAMAMOTO, 2007, p. 148).

Aquele profissional – que atua sobre as múltiplas expressões da questão social a partir das políticas de viabilização dos direitos sociais – percebe os limites para a implementação de suas ações, as quais se encontram dependentes de recursos, meios e condições cada vez mais escassos, especialmente para a área social (Cf. IAMAMOTO, 2007). Por conseguinte, são inúmeros os desafios postos ao Serviço Social, principalmente se for levado em consideração o processo de mudanças que entrou em cena desde os anos 1990 e que se adensa neste século XXI. Esta é uma situação que exige deste trabalhador assalariado uma reflexão que possibilite a percepção destas contradições, a fim de que consiga imprimir uma prática coerente com a defesa da cidadania e dos direitos da população usuária.

3 POLÍTICAS COMPENSATÓRIAS VERSUS DIREITO AO TRABALHO: UMA INTERFACE COM A GRATUIDADE PARA PCDS NO TRANSPORTE PÚBLICO DE FORTALEZA

⁹ Consoante Pastorini (2007, p. 40-41), esta proposta “[...] aponta para o fim do ‘Estado interventor’, para a redução do gasto público destinado às políticas sociais, para a desregulação das condições de trabalho, para o controle cada vez maior do capital sobre o trabalho; reservando a participação do Estado para salvaguardar a propriedade e as ‘liberdades’, intervindo naqueles âmbitos nos quais o mercado não pode ou não quer (por não ser atrativo, do ponto de vista da lucratividade) dar resposta.” Não por acaso, a consequência de todo esse processo é a redução dos direitos e das políticas sociais.

No que se refere à acessibilidade, foi criada em Fortaleza, no ano de 2005, um Grupo de Trabalho (GT) cujas principais funções seriam a discussão, a análise e a elaboração de um projeto que garantiria o acesso ao transporte público para as PCDs. Tal demanda havia sido a mais votada na assembleia específica do segmento no Orçamento Participativo (OP) daquele ano, o que viria a repetir-se nos anos posteriores. Assim sendo, a Gratuidade para as Pessoas com Deficiência no Transporte Coletivo (regulamentada pela Lei Municipal N. 0057/2008, bem como pelo Decreto N. 12.540/2009) constitui-se como fruto de diversas mobilizações por parte do segmento em questão.

Inserida no âmbito das políticas de acessibilidade do município supramencionado, a Gratuidade possui como principais critérios de concessão, além da comprovação da deficiência – através de laudo médico emitido pela Rede Municipal, Estadual, Federal de Saúde, ou pela Rede credenciada ao Sistema Único de Saúde (SUS) –, a apresentação de documentação que ateste o enquadramento em um determinado perfil socioeconômico (ser usuário do Benefício de Prestação Continuada (BPC), ou pertencer à família beneficiária do Programa Bolsa Família, ou ter renda familiar de até um salário mínimo por pessoa da família, ou estar regularmente inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal). Somando-se a isso, o requerente deve estar fora do mercado formal de trabalho.

Com base nos critérios exigidos, temos o reconhecimento legal da Gratuidade, que embora se trate de uma conquista materializada por anos de luta das PCDs, possui uma visão focalista (enquanto prática da maioria das políticas sociais atuais), especialmente ao impedir o livre exercício laboral; cometendo o equívoco de impelir ao direito conquistado um “atestado de pobreza”.

No capitalismo, a atividade humana (o trabalho) adquire uma conotação negativa que se dá por meio da cisão entre trabalho concreto e trabalho abstrato¹⁰. É

¹⁰ Para a explicação da distinção/articulação entre trabalho concreto e trabalho abstrato, recorreu-se a Lessa (2007). Para este autor, enquanto trabalho concreto diz respeito à relação orgânica ser humano/natureza, onde há a produção de riqueza social necessária à satisfação das necessidades humanas, o trabalho abstrato engloba toda e qualquer atividade produtora de mais-valia. Na concepção marxista, esta última se refere ao trabalho não pago, ou seja, à exploração dos trabalhadores exercida pelos capitalistas.

através deste, conforme Iamamoto (2007), que as diferentes atividades humanas se igualam, isto é, adquirem equivalência. Por esse motivo, o trabalho abstrato é produtor de valor de troca, subordinando-se aos ditames da alienação¹¹. Corroborando com essas afirmações, Pastorini (2007) diz que, com a supressão do capitalismo, não haverá o fim do trabalho concreto, mas sim de sua forma abstrata:

[...] não se pode pensar numa sociedade emancipada no tempo livre e alienada no trabalho. Essa dualidade só é possível se desconhecemos as características centrais do sistema capitalista e seu desenvolvimento (mercantilização das necessidades, fetichização do trabalho etc.), esquecendo a submissão do capital ao trabalho. O processo de emancipação só pode ser do trabalho, no trabalho e pelo trabalho; e não negando-o, já que o trabalho enquanto expressão criadora é indispensável para a existência humana (PASTORINI, 2007, p. 27-28).

É essa tendência de negação do trabalho, característica do modelo capitalista de acumulação, que se aprofunda a partir da crise da década de 1970, período fortemente caracterizado, de acordo com Iamamoto (2007), pela reestruturação produtiva e alteração da relação entre Estado e sociedade orientada pela lógica neoliberal, com redução da ação estatal mediante redução dos gastos sociais. Nesse contexto de mundialização do capital, ainda segundo a autora, há uma reconfiguração da questão social e, por conseguinte, das formas de enfrentamento a esta, de onde podemos destacar as políticas compensatórias às quais se refere Mota (2010). Tais políticas, em nome do acesso aos direitos viabilizados por elas, banem o direito ao trabalho da pauta reivindicatória da classe trabalhadora.

A Gratuidade é tida, portanto, como uma das expressões dessas políticas compensatórias, desenvolvidas em um quadro de profunda regressão de direitos que, no Brasil – levando-se em consideração as particularidades de nossa formação sócio-histórica –, atinge seu ápice a partir da década de 1990, por meio da chamada contra-reforma do Estado, vinda na contramão dos avanços proporcionados pela

¹¹ Sobre isso, Lessa (2007, p. 126) escreve: “em si, portanto, o fenômeno da alienação é puramente social, e não deve nenhum momento da sua processualidade ao mundo da natureza. A alienação é, no contexto da ontologia lukacsiana, uma negação socialmente construída do ser humano. Esse momento de negatividade é, na concepção do autor, um obstáculo ao devir do ser social, isto é, produção do novo por meio do trabalho.

Constituição Federal de 1988, especialmente no tocante ao sistema de proteção social. Nesse sentido, cabe ainda salientar que:

[...] a seguridade social brasileira, ao incorporar uma tendência de separação entre a lógica do seguro (bismarckiana) e a lógica da assistência (beveridgiana), e não de reforço à clássica justaposição existente, acabou materializando políticas com características próprias e específicas que mais se excluem do que se complementam, fazendo com que, na prática, o conceito de seguridade fique [...] entre o seguro e a assistência (BEHRING & BOSCHETTI, 2008, p. 161).

Tais tendências, ainda de acordo com as autoras acima, são agravadas e determinadas pela condição de o orçamento público, destinado às políticas sociais, se encontrar historicamente subordinado à política econômica. Isso implicou na redução de recursos destinados àquelas, e de modo geral, à seguridade social especificamente; sobretudo após o acordo firmado entre Brasil e Fundo Monetário Internacional, em 1998, o qual instituiu uma política de ajuste fiscal fundada no mecanismo do superávit primário; o que, em tempos de neoliberalismo, permite apenas a existência de mecanismos compensatórios que não alteram profundamente a estrutura das desigualdades sociais.

Reconhece-se aqui, o caráter contraditório das políticas sociais, as quais não se configuram como propostas para resolver as desigualdades estruturais. Nesse sentido, não se pode perder de vista a lógica do sistema que oprime e culpabiliza os indivíduos pelas mazelas produzidas por ele próprio.

A partir do entendimento de que a política (no caso, a Gratuidade) não está pronta para a mera execução, coube aos assistentes sociais tencioná-la para além dos limites institucionais, socializando informações para que aquela fosse compreendida pelos demais executores da política, bem como os usuários, enquanto política de direitos e de cidadania.

O objetivo central era provocar reflexões e, assim, fortalecer os debates junto à população usuária para que esta se reconhecesse enquanto detentora de direitos. Observavam-se, durante os atendimentos, como também em pesquisas acadêmicas realizadas, discursos que revelavam certo grau de resignação, a concepção de direitos subordinada à vontade divina; e, por isso, suas violações apenas deveriam ser relevadas.

Ao mesmo tempo, a prática profissional se deparava com entraves para sua efetivação. Logo, era preciso lutar diariamente pela legitimação e reconhecimento da importância do Serviço Social na política de Gratuidade, pois apesar dos avanços no campo de apreensão social de deficiência, o modelo médico¹² ainda se apresenta como hegemônico.

O intuito seria trabalhar em conjunto com o Movimento das Pessoas com Deficiência¹³ para que houvesse um fortalecimento na participação das próprias pessoas com deficiência, tencionando as políticas a elas destinadas, em especial a Gratuidade e suas condicionalidades, reforçando o lema “nada sobre nós, sem nós”¹⁴ a fim de romper os estigmas de que sejam pessoas despolitizadas, desarticuladas, com vistas a apreender o contexto sócio-cultural em que estavam inseridos, perceber de que modo poderiam questionar e atuar ativamente na realidade vivida em busca da emancipação enquanto sujeitos históricos.

Para Teles (1999), os direitos são iguais na ordem legal, mas não são reais na sociedade, pois não é possível pensar em igualdade enquanto a lógica do sistema amplia as desigualdades/exclusões. Os conflitos são advindos da própria estrutura do modo de produção, de uma sociedade pautada na exploração de uma classe sobre outra. A autora destaca, ainda, que os sujeitos se colocam com seus valores culturais em busca de seus direitos, exigindo-os, em contraposição à lógica das modernizações que se assenta na violação destes por meio da “exclusão, desestruturação das formas de vida, bloqueio de perspectiva de futuro”.

¹² Esse é um campo pouco explorado no Brasil não apenas porque a deficiência ainda não se libertou da autoridade biomédica, com poucos cientistas sociais dedicando-se ao tema, mas principalmente porque a deficiência ainda é considerada uma tragédia pessoal, e não uma questão de justiça social. O desafio está em afirmar a deficiência como um estilo de vida, mas também em reconhecer a legitimidade de ações distributivas e de reparação da desigualdade, bem como a necessidade de cuidados biomédicos (DINIZ, 2007; p. 11).

¹³ Segundo Gohn (2010), os movimentos sociais são “agentes construtores de uma nova ordem social” fundamentais para a efetivação de mudanças sociais, através de suas ações que contemplam as singularidades e subjetividades dos grupos sociais a fim de garantir seus diversos direitos, quer sejam materiais e/ou socioculturais. Esta definição contrapõe-se à conservadora apreensão dos movimentos sociais como agentes perturbadores da ordem.

¹⁴ NADA significa “nenhum resultado”, ou seja, lei, política pública, programa, projeto, serviço, etc., os quais incidem em diversos campos de atividade (saúde, educação, trabalho, lazer, esporte, cultura, transporte, etc.). SOBRE NÓS se refere às pessoas com deficiência, que são de diversas etnias, raça, gênero, idade, nacionalidade, naturalidade, podendo ser a deficiência física, intelectual, visual, auditiva ou múltipla. SEM NÓS significa “sem a plena participação das próprias pessoas com deficiência”. Com isto, tais pessoas estão querendo dizer que nada pode ser feito à respeito delas sem a plena participação das próprias. (Cf. SASSAKI, 2007).

A luta pelos direitos sociais deve ser vista, pois, no sentido político de justiça, levando em consideração as diferenças para que haja respostas de forma equitativa. Os sujeitos coletivos reconhecem a lógica a que estão submetidos, fazem uma reflexão das diferenças. Nesse processo, reconhecem-se e se fazem presente nas reivindicações daqueles, pronunciando-se sobre o justo e o injusto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempo de capital fetiche, segundo Iamamoto (2007), o Serviço Social, por ser uma profissão que inserida na divisão social e técnica do trabalho, está também exposto à expansão e metamorfoses do mundo do capital os quais incidem nos seus espaços socioocupacionais e na sua prática profissional. O trabalho dos assistentes sociais está impregnado pela sociabilidade do capital.

O contexto de reconfiguração e radicalização da questão social, em que há a subsunção, por meio do projeto neoliberal, dos direitos sociais aos ditames da lógica orçamentária, exerce influência direta sobre o cotidiano do profissional de Serviço Social – o qual é chamado a implementar e viabilizar tais direitos –, repondo o já tão conhecido “dilema entre estatuto assalariado e projeto ético-político”¹⁵.

Tal dilema é muitas vezes apreendido pelos profissionais de campo como “distanciamento entre teoria e prática”, fazendo com que aqueles adotem posturas ora messiânicas, ora fatalistas. No entanto, é necessário perceber que:

[...] o trabalho do assistente social é impregnado pela sociabilidade da sociedade do capital, elucidando sua funcionalidade e, simultaneamente, o potencial que dispõe para impulsionar a luta por direitos e a democracia em

¹⁵ Durante o período em que trabalha, a atividade do assistente social é apropriada por outro, ou seja, este sujeito não tem o poder de exercer livremente suas escolhas e prioridades, seu modo de operar, acessar os recursos necessários, direcionar o trabalho exclusivamente conforme suas intenções. Essa mercadoria força de trabalho só se transforma em atividade quando aliada aos meios necessários à sua realização, os quais se encontram, em grande parte, monopolizados pelos empregadores. Até mesmo a relação que este profissional estabelece com o seu objeto de trabalho (as múltiplas expressões da questão social) dependem de um prévio recorte das políticas definidas pelos organismos empregadores, os quais estabelecem demandas e prioridades a serem atendidas. Ao mesmo tempo, o assistente social tem como base de sustentação de sua relativa autonomia o caráter contraditório das relações sociais (Cf. IAMAMOTO, 2007).

todos os poros da vida social; potencial esse derivado das contradições presentes nas relações sociais, do peso político dos interesses em jogo e do posicionamento teórico-prático dos sujeitos profissionais ante os projetos societários (IAMAMOTO, 2007, p. 417).

A partir daí, pode-se inferir que as possibilidades de ação profissional são encontradas na própria realidade dos sujeitos demandantes daquela, o que requer um conhecimento por parte do assistente social. Além disso, segundo Mota (2010), apesar de econômica e politicamente determinadas, as tendências gerais de enfrentamento à questão social na contemporaneidade envolvem também escolhas ético-políticas e numa direção ideologicamente orientada por um projeto profissional; o que coloca a emergência de um debate acerca da relação entre questão social e projeto ético-político.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

BEHRING, Elaine R. **O Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. Biblioteca Básica do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSCHETTI, Ivanete. A política de seguridade social no Brasil. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FORTALEZA. Decreto n.º 12.540. **Diário oficial do município**. Fortaleza, CE, 29 maio 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Ações coletivas civis na atualidade: dos programas de responsabilidade/compromisso social às redes de movimentos sociais**. In Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 46, N. 1, p. 10 – 17, jan/abr, 2010.

_____. Lei Complementar n.º 0057. **Diário Oficial do Município**. Fortaleza, CE, 18 jul. 2008.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

MARINHO, Cristiane Maria. Pensamento pós-moderno e educação na crise estrutural do capital. Fortaleza: EdUECE, 2009.

MOTA, Ana Elizabete. Questão social e serviço social: um debate necessário. In: _____ (org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010, páginas. 21-57.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria questão social em debate**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PEREIRA, Potyara A. P. Políticas de satisfação de necessidades no contexto brasileiro. In: _____. Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000. p. 125-180.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão – Parte 1. **Revista Nacional de Reabilitação**, ano X, n. 57, jul./ago. 2007, p. 8-16.

TELLES, Vera Lúcia da Silva. **Direitos Sociais**: Afinal do que se trata? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.